

INDICATIVO DE GREVE

A Assembléia Geral, realizada no último dia quatorze de agosto, reuniu sessenta e cinco docentes. Foi a mais numerosa deste ano e refletiu a indignação da comunidade com a maneira pela qual o CRUESP vem conduzindo as negociações com o Fórum das Seis.

Em nosso último Boletim, divulgamos o crescimento da arrecadação do ICMS em julho e no Jornal ADUNICAMP, apresentamos gráficos que demonstram o aumento, nos últimos dezoito meses, dos recursos disponíveis para gastos em custeio e investimento nas três universidades públicas do Estado. Esses dados deixam claro que as reitorias têm condições de negociar uma política salarial que permita reajustes em outubro e em janeiro, como na campanha do ano passado.

Após avaliar esses últimos fatos da campanha, a Assembléia aprovou as seguintes propostas de encaminhamento:

- manter a fórmula apresentada na campanha do ano passado para a definição da política salarial;
- manter a proposta de piso de arrecadação de 23,2 bilhões, definida pelo Fórum;
- realizar reuniões nas Unidades para intensificar a mobilização; e
- **indicativo de greve** para a próxima Assembléia Geral, marcada para o dia vinte e

nove de agosto de 2001, quarta-feira.

Durante a Assembléia, chegaram notícias da reunião do Fórum das Seis, que estava reunido na ADUSP. As entidades presentes nessa reunião formularam a seguinte proposta indicativa: reivindicar, junto ao CRUESP, um reajuste de 6%, a ser concedido em duas etapas; 4,2% em outubro e 1,8% em janeiro. Essa proposta do Fórum também deverá ser avaliada pela Assembléia do próximo dia vinte e nove.

A repercussão da Assembléia Geral foi imediata. No dia quinze, o CRUESP soltou nota divulgando a proposta de redução do piso de arrecadação de ICMS, para a concessão de reajuste no segundo semestre, de 24,8 para 24,6 bilhões de reais. No dia seguinte, circulou na UNICAMP o boletim *Reitoria Comunica* contendo cálculos sobre o comprometimento da receita com folha de pagamento e reafirmando a proposta de novo piso de arrecadação apresentada pelo CRUESP.

Isso demonstra que, de fato, como avíamos nas nossas últimas publicações (Boletim nº 16 e Jornal ADUNICAMP), os reitores somente se dispõem a negociar sob forte mobilização das categorias. Portanto, o eventual reajuste que teremos no segundo semestre, e a magnitude desse reajuste, dependerão, fundamentalmente, da nossa disposição de luta.

“... as reitorias têm condições de negociar uma política salarial que permita reajustes em outubro e em janeiro, como na campanha do ano passado.”

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 29/08, quarta-feira, às 12 horas, na sede da ADUNICAMP.

Pauta: *indicativo de greve*

COMPAREÇA!

OS SOFISMAS DA REITORIA

Quem compareceu à última Assembléia Geral da ADUNICAMP pode inteirar-se das manipulações que a comissão técnica do CRUESP apresentou na reunião com o Fórum das Seis. Confrontados com a irritação da comunidade universitária, pela falta de uma política salarial, os técnicos aparentemente aceitaram a adoção de uma fórmula, para a definição automática de reajustes, como a do ano passado. Aparentemente sim porque, em contra-partida, estabeleceram um piso mínimo de arrecadação de ICMS que inviabiliza qualquer reajuste. Este piso, inicialmente proposto em 24,8 bilhões de reais, foi alterado para 24,6 bilhões em face da impossibilidade de sustentação técnica. Este novo valor foi incorporado, como nova proposta, ao comunicado do CRUESP N° 04, de quinze de agosto de 2001. **É importante ressaltar que esse comunicado foi divulgado um dia após a Assembléia Geral da ADUNICAMP ter aprovado, por unanimidade, o indicativo de greve.**

Na campanha salarial passada, o Reitor da UNICAMP, professor Hermano Tavares, fez uma verdadeira cruzada às Unidades para justificar sua “responsabilidade” para com o orçamento e, conseqüentemente, sua recusa em trabalhar com previsões. Quem não se lembra dos apelos do tipo “**Cautela com previsões**”? Ora, essa mesma reitoria propôs ao CONSU, em setembro do ano passado, um orçamento para 2001 prevendo uma arrecadação de ICMS de 23,4 bilhões de reais, ou seja, **um bilhão** acima da previsão feita pela Secretaria da Fazenda!!! Cabe perguntar ao Reitor se ele perdeu a “cautela”, a noção de “responsabilidade”, ou simplesmente manipulou a proposta orçamentária para comprometer e inviabilizar reajustes salariais para os docentes e funcionários. É bom destacar que as demais universidades mantiveram a previsão de arrecadação do Governo do Estado, ou seja, 22,4 bilhões de reais. Não bastasse isso, quando o descontentamento da comunidade se acentua, por conta da ausência de política salarial, **a nova tentativa de manipulação é dizer que aceita a fórmula do ano passado, mas com um patamar mínimo de 24,6 bilhões de reais de arrecadação.** Um valor 2,2 bilhões acima da previsão da Secretaria da Fazenda e 1,2 bi-

“... a nova tentativa de manipulação é dizer que aceita a fórmula do ano passado, mas com um patamar mínimo de 24,6 bilhões de reais de arrecadação. Um valor 2,2 bilhões acima da previsão da Secretaria da Fazenda e 1,2 bilhão acima de suas próprias previsões que serviram de base para o orçamento de 2001.”

“Se a previsão de arrecadação de 24,6 bilhões, feita agora pelo CRUESP, se confirmar, a Universidade terá um aumento de receita da ordem de 12%, enquanto os nossos salários permanecerão reajustados em apenas 6%.”

lhão acima de suas próprias previsões que serviram de base para o orçamento de 2001. Ainda ressoam em nossos ouvidos os discursos catastróficos ou o “nhenhenhen” a respeito do impacto da “crise energética” e da “crise argentina” na queda de arrecadação. Abusar da inteligência dos nossos colegas, a este ponto, é inaceitável.

O editorial do último número do Jornal ADUNICAMP traz dois gráficos, elaborados a partir de dados das planilhas do CRUESP, que mostram o crescimento, nos últimos dezoito meses, dos recursos para gastos não salariais nas três universidades estaduais. São dados que evidenciam a cres-

cente folga orçamentária que essas instituições vêm apresentando no referido período, o que comprova que as administrações têm condições de definir, com segurança, uma política salarial que garanta reajustes para seus docentes e funcionários. Frente à contundência desses gráficos, a Reitoria da UNICAMP voltou a insistir no dogma de um injustificável patamar de 85% de comprometimento do orçamento com folha de pagamento. **Se a previsão de arrecadação de 24,6 bilhões, feita agora pelo CRUESP, se confirmar, a Universidade terá um aumento de receita da ordem de 12%, enquanto os nossos salários permanecerão reajustados em apenas 6%.** Por essa razão, defendemos a necessidade de revisão desse percentual em decorrência do aumento de arrecadação nos dois últimos anos. Numa situação de receitas crescentes, o percentual do orçamento destinado a custeio e investimento registra crescimentos absolutos consideráveis. É o que os gráficos do Jornal ADUNICAMP demonstram.

Nossa proposta de política salarial parte de um patamar de arrecadação de ICMS de 22,4 bilhões (previsão da Secretaria da Fazenda para 2001) mais 800 milhões relativos aos gastos com folha por conta dos 6% de reajuste, totalizando 23,2 bilhões de reais. Este piso, aplicado à fórmula, seria a base de cálculo para uma reposição em outubro. Porém, temos consciência que sem mobilização não teremos nada. Por essa razão, conclamamos a participação de todos na próxima Assembléia Geral da ADUNICAMP, marcada para o dia vinte e nove de agosto de 2001.

PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS ENTRAM EM GREVE NO DIA 22 DE AGOSTO

Os professores das universidades federais decidiram antecipar a greve, inicialmente prevista para setembro, e param a partir do dia vinte e dois de agosto. Até o final da semana passada, trinta e quatro seções sindicais tinham indicado greve, por tempo indeterminado, a partir dessa data. A mudança foi feita para unificar o movimento com o calendário de greve dos servidores federais. Cabe lembrar que os funcionários técnico-administrativos das universidades já estão em greve desde vinte e cinco de julho.

A categoria reivindica reajuste salarial linear de 75,48%, manutenção do regime jurídico único de trabalho (que garante a estabilidade no emprego, entre

outros benefícios) e a derrubada de alterações previstas no plano de aposentadoria. Os servidores federais não recebem aumento linear desde 1995.

Os docentes também querem a manutenção da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) e a incorporação ao corpo de salário. Outra reivindicação é a alteração na GED (Gratificação de Estímulo à Docência) e na GID (Gratificação de Incentivo à Docência), que não incidem sobre o salário de aposentados.

Também uma exigência específica das universidades federais é a contratação de oito mil professores para suprir o atual déficit.

ASSEMBLÉIA REPUDIA MANOBRAS MILITARES NA ARGENTINA

A Assembléia Geral da ADUNICAMP aprovou uma moção de repúdio, a ser encaminhada ao Consulado e ao Governo argentinos, sobre o pedido de autorização feito pelo presidente Fernando de la Rúa ao Congresso, para a realização de operações militares conjuntas com Estados Unidos, Brasil e outros países latino-americanos, na província de Salta.

A Argentina vem passando, nos últimos meses, por uma crise social sem precedentes, decorrente da política econômica implantada por Cavallo e de la Rúa, em consonância com o FMI e o Banco Mundial. A subordinação do país à lógica e aos interesses do capital financeiro internacional e suas agências aprofundou o desmonte do setor produtivo e levou o governo a implantar uma política de ajustes, gerando um crescimento explosivo do desemprego e a redução dos salários dos aposentados e dos que ainda permanecem em seus postos de trabalho.

As reações dos trabalhadores a essa política são

objeto de ações repressivas por parte do governo. No mês passado, os confrontos entre manifestantes e forças policiais em Salta deixaram um saldo de dois mortos, dezenas de feridos e vários líderes “piqueteiros” presos. Em dezenove de julho, uma forte greve geral paralisou o país.

Nesse mesmo período, Fernando de la Rúa encaminhou ao Congresso uma petição que autorize a entrada de tropas militares internacionais, sob o comando dos EUA, para a realização das manobras “Cabañas II”, na província de Salta. No ano passado, foram realizadas, em Córdoba, as manobras “Cabañas I”, que se estenderam por um mês e contaram com a participação de dois mil soldados estrangeiros, muitos dos quais treinados pelos batalhões de “boinas verdes e negras” do exército norte-americano. Tais manobras representam uma grave ameaça à soberania e à democracia, não apenas da Argentina, como dos demais países da América Latina.

MOÇÃO DE REPÚDIO

A Assembléia Geral da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADUNICAMP), reunida no dia 14 de agosto de 2001, aprovou, por unanimidade, a presente moção de repúdio à realização de manobras militares com tropas estrangeiras em território argentino, em especial a “Cabañas II”, proposta recentemente pelo presidente Fernando de la Rúa ao Congresso, por considerá-las uma grave ameaça à soberania e à democracia da Argentina, bem como dos demais países da América Latina.

Campinas, 14 de agosto de 2001.

Assembléia Geral de Docentes da ADUNICAMP.

UNIMED: NEGOCIAÇÃO

Com vistas à renovação do convênio médico em junho, as negociações com a Unimed foram iniciadas em abril. A proposta apresentada pela Unimed foi de 16,04% de reajuste nas mensalidades. Com base em análises de documentação pertinente, a Diretoria fez contra-proposta de 9%.

Após novas e árduas negociações, chegou-se ao seguinte acordo: 9% de reajuste, retroativo a junho, com revisão em novembro.

Chamamos a atenção para o fato de que, sendo anual a base de contrato, esta proposta de negociação, que prevê uma revisão em novembro, é excepcional. Dado o impasse estabelecido entre a proposta da Unimed (16,04%) e a contra-proposta da Diretoria de 9%, estabeleceu-se uma saída conciliatória que permitisse avaliar os custos de maneira confiável para as partes durante um período maior.

NOTA DE PESAR

A ADUNICAMP manifesta pesar pela morte, no último dia cinco de agosto, do professor Alcir José Monticelli, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Alcir Monticelli destacou-se como professor competente e pesquisador premiado, tendo reconhecimento nacional e internacional pelos trabalhos na área de Automação. Nos últimos anos, ele vinha trabalhando em projetos de transferência de tecnologia para o setor produtivo.

O professor Monticelli também foi um representante dos docentes, com destacada atuação em defesa dos interesses da categoria e da Universidade Pública.

JURANDIR FERNANDES DEIXA PRÓ-REITORIA PARA CHEFIAR TRANSPORTES METROPOLITANOS

O professor Jurandir Fernandes nem chegou a esquentar a cadeira de pró-reitor de Desenvolvimento Universitário. No último dia sete de agosto, ele assumiu a Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, em substituição a Cláudio de Sena Frederico, que deixou a pasta alegando "motivos pessoais". O convite foi feito pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Jurandir Fernandes também já ocupou a chefia do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Por causa dessa nova empreitada, o professor Fernandes deixou a pró-reitoria no dia três de agosto, cargo que ocupou por cinquenta e dois dias. De acordo com a Assessoria de Imprensa da UNICAMP, no lugar está o professor Álvaro Penteado Crósta, que era chefe-adjunto de gabinete. Para o cargo do professor Álvaro, até o fechamento desse Boletim (20/08/01), nenhum nome havia sido definido pela Reitoria.

VICE-PREFEITO É EXONERADO

O professor Luiz Carlos de Almeida foi exonerado dos cargos de vice-prefeito e de diretor do ESTEC (Escritório Técnico de Construção) da UNICAMP. Além disso, foi suspenso por quinze dias do cargo de professor da Faculdade de Engenharia Civil.

A punição foi definida pela Comissão Processante Permanente e acatada pelo reitor Hermano Tavares. A sindicância teve início em março, depois de denúncia feita pelo STU (Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP). Almeida foi acusado de participar de forma ilegal e irregular de licitações para obras na Universidade. A empresa do professor, L. C. Almeida Engenharia e Construções Ltda, participou e venceu licitação pública para a reforma e ampliação da biblioteca da Faculdade de Educação Física. Segundo nota divulgada no jornal "O Estado de São Paulo" de 27/07/01, o prédio foi reformado em 1999, ao custo de R\$ 90 mil. R\$ 30 mil a mais do que o previsto no projeto. Tal atitude desrespeita o Estatuto da Universidade (ESUNICAMP). Quando a denúncia foi formulada pelo STU, a ADUNICAMP defendeu o afastamento do professor Almeida das funções, até que tudo fosse apurado, como forma de preservar a imagem da Instituição.

O chefe do Departamento de Geotécnica e Transportes da Faculdade de Engenharia, professor Carlos Alberto Bandeira Guimarães, assumiu o cargo de diretor da ESTEC.

TORTURA NUNCA MAIS

Dia vinte e seis de junho foi o Dia Internacional de Solidariedade às Vítimas da Tortura.

Em maio deste ano, na reunião do Comitê Contra a Tortura da ONU, em Genebra, o Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, relatou sobre a gravidade deste problema no Brasil. Além de defender os direitos de mortos e desaparecidos políticos e denunciar a presença de membros da repressão militar em cargos de confiança na administração pública, o Grupo registrou vinte e três casos de torturas (alguns seguidos de morte ou suicídio) nas Forças Armadas. A prática da tortura em presos comuns generaliza-se. Não é fácil encarar estes fatos e a mídia pouco se preocupa com eles. Para mais informações:

www.torturanuncamais-rj.org.br

gtnm@alternex.com.br

(Este texto foi publicado novamente por apresentar erro de impressão na primeira versão)